Centro Social de Brito, IPSS

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023			e monetária: Euros
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas -		DDOS 2022 (reexpresso)
Vendas e serviços prestados		4 297 408,44	4 065 675,12
Subsídlos, doações e legados à exploração		45 014,43	297 491,04
Variação nos inventários da produção		-	**************************************
Trabalhos para a própria entidade			2
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-462 601,58	-420 428,85
Fornecimentos e serviços externos		-688 387,67	-663 096,66
Gastos com o pessoal		-3 441 221,82	-3 065 492,97
Ajustamentos de Inventários (perdas/ reversões)			2.000.000000000000000000000000000000000
Provisões (aumentos/reduções)	1 1		
Provisões (aumentos/reduções)		-	
Outras Imparldades (aumentos/reversões)		-	
Aumentos/reduções de justo valor		-	
Outros rendimentos	1 1	231 707,23	288 784,1
Outros gastos		-314,80	-143 213,7
Garran Brassa		•	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto	s	(18 395,77)	359 718,1
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-196 697,74	-194 588,4
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos	3)	(215 093,51)	165 129,6
Juros e rendimentos similares obtidos		33,60	126,6
Juros e gastos similares suportados		-175 365,05	-93 301,4
Resultados antes de Imposto		(390 424,96)	71 954,9
Resultados antes de imposto	13	(350 424,50)	72 00 173
Imposto sobre o rendimento do período		-	
Resultado líquido do períod	0	(390 424,96)	71 954,9

Brito, 28 de março de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO N. 9 (6.75)

		Data	nonetária; Euros
RUBRICAS	Notas	31-12-2023	31-12-2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		5 116 623,75	4 929 829,9
Bens do patrimóbio histórico e cultural		-	
Ativos intangíveis		-	772,4
Investimentos Financeiros		38 580,64	36 469,3
Fundadores/ beneficiários/ patrocinadores/doadores/associados/membros			9000-00 000000 * ***
Outros créditos e ativos não correntes		-	
		5 155 204,39	4 967 071,6
Ativo corrente			
Inventários		9 964,76	9 830,5
Créditos a receber		93 411,31	63 658,0
Estado e outros entes públicos		-	
Fundadores/ beneficiários/ patrocinadores/doadores/associados/membros		1	
Diferimentos		-	
Outros ativos correntes		17 613,64	130,9
Calxa e depósitos bancários		40 815,41	579 259,1
		161 805,12	652 878,7
Total do Ativo		5 317 009,51	5 619 950,4
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais		40.646.00	40.046
Fundos		12 616,98	12 616,9
Excendentes técnicos		-	
Reservas			
Resultados transitados		524 587,55	452 632,0
Excedentes de revalorização		-	n Sugar revaria
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais		929 525,45	957 039,6
Brook to West to decide		1 466 729,98	1 422 289,7
Resultado líquido do período		(390 424,96)	71 954,9
Total dos fundos patrimoniais		1 076 305,02	1 494 244,
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos		2 785 277,13	2 740 620,
Outras dívidas a pagar			
Oderus divious a pugui		2 785 277,13	2 740 620,
Passivo corrente			
Fornecedores		265 906,85	269 984,
Estado e outros entes públicos		140 459,56	130 943,
Fundadores/ beneficiários/ patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos		344 198,60	298 728,
Diferimentos			

Brito, 28 de março de 2024

Total do passivo

O CONTABILISTA CERTIFICADO N.º 467

Total dos fundos patrimoniais e do passivo

1 455 427,36

4 240 704,49

5 317 009,51

Rosa Ravia Wiveia Sela Ribeia

1 385 085,73

4 125 706,24

5 619 950,40



CENTRO SOCIAL DE BRITO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

ÍNDICE

ALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 D)E
DEZEMBRO DE 2023	2
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO E)E
2023	.3
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO D)E
2022	. 4
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBR	Ю
DE 2023	. 5
ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	. 6

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade monetária: Euro

	N-1	Dat	as
RUBRICAS	Notas	31-12-2023	31-12-2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	5 116 623,75	4 929 829,90
Ativos intangíveis	6	2-	772,47
Investimentos Financeiros	7	38 580,64	36 469,31
		5 155 204,39	4 967 071,68
Ativo corrente			
Inventários	8	9 964,76	9 830,53
Créditos a receber	9	93 411,31	63 658,09
Outros ativos correntes	11	17 613,64	130,92
Caixa e depósitos bancários	10	40 815,41	579 259,18
		161 805,12	652 878,72
Total do Ativo		5 317 009,51	5 619 950,40
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	13	12 616,98	12 616,98
Resultados transitados	13	524 587,55	452 632,64
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	13 e 14	929 525,45	957 039,63
Ajustumentos/ outrus variagoes nos ranaes paramentais		1 466 729,98	1 422 289,25
Resultado líquido do período	13	(390 424,96)	71 954,91
Total dos fundos patrimoniais		1 076 305,02	1 494 244,16
PASSIVO			
Passivo não corrente	17	2 785 277,13	2 740 620,51
Financiamentos obtidos	1/	2 785 277,13	2 740 620,51
Passivo corrente		·	
Fornecedores	16	265 906,85	269 984,92
Estado e outros entes públicos	12	140 459,56	130 943,95
Financiamentos obtidos	17	344 198,60	298 728,61
Outros passivos correntes	15	704 862,35	685 428,25
		1 455 427,36	1 385 085,73
Total do passivo		4 240 704,49	4 125 706,24
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 317 009,51	5 619 950,40

Guimarães, 10 de março de 2024.

O Contabilista Certificado n.º 46757

A Direção

Tamel Jargus Janes

CENTRO SOCIAL DE BRITO, IPSS Rua das Escolas Primárias, n.º 21 NIF: 504266640 — Publicação em Diário da República

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade monetária: Euro

		PERÍC	DDOS
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2023	2022 (reexpresso)
Vendas e serviços prestados	18	4 297 408,44	4 065 675,12
Subsídios, doações e legados à exploração	19	45 014,43	297 491,04
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-462 601,58	-420 428,85
Fornecimentos e serviços externos	20	-688 387,67	-663 096,66
Gastos com o pessoal	21	-3 441 221,82	-3 065 492,97
Outros rendimentos	22	231 707,23	288 784,16
Outros gastos	23	-314,80	-143 213,73
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-	(18 395,77)	359 718,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-196 697,74	-194 588,47
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(215 093,51)	165 129,64
Juros e rendimentos similares obtidos		33,60	126,68
Juros e gastos similares suportados	24	(175 365,05)	-93 301,41
Resultados antes de impostos		(390 424,96)	71 954,91
Imposto sobre o rendimento do período		-	=
Resultado líquido do período		(390 424,96)	71 954,91

Guimarães, 10 de março de 2024.

O Contabilista Certificado n.º 46757

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2023

Unidade monetária: Euro

1 076 305,02	1 076 305,02	-390 424,96	929 525,45	524 587,55	12 616,98	13	6=1+2+3+5	POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2022
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		5	
								OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO
-390- 424,96	-390- 424,96	-390-424,96			×		4=2+3	RESULTADO EXTENSIVO
-390- 424,96	-390- 424,96	-390- 424,96					ω	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO
44 440,73	44 440,73		-27 514,18	0,00	0,00		2	
44 440,73	44 440,73		-27 514,18			13 e 14		ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais
							i	Control of the contro
1 494 244,16	1 494 244,16		957 039,63	524 587,55	12 616,98		1	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022
Total dos Fundos Patrimoniais	Total	Resultado líquido do período	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultados Transitados	Fundos	Notas		DESCRIÇÃO
	nãe	res da entidade-r	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe	los Patrimoniais :	Fund			

Guimarães, 10 de março de 2024.

O Contabilista Certificado n.º 46757

X Stand La Bontus ha within the stand of the standard of the s

NIF: 504266640 — Publicação em Diário da República

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2022

Unidade monetária: Euro

			FL FL	ındos Patrimonia	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade	dores da entidad	e	
DESCRIÇÃO		Notas	Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	1		12 616,98	92 406,10	964 866,31		1 069 889,39	1 069 889,39
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		13 e 14		360 226,54	-7 826,68		352 399,86	352 399,86
	2		0,00	360 226,54	-7 826,68		352 399,86	352 399,86
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	ω					71 954,91	71 954,91	71 954,91
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3					71 954,91	71 954,91	71 954,91
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
	ъ		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2022	6=1+2+3+5	13	12 616,98	452 632,64	957 039,63	71 954,91	1 494 244,16	1 494 244,16

Guimarães, 10 de março de 2024.

O Contabilista Certificado n.º 46757

A Direction of the Markins was the form of the function of the strands of the str

CENTRO SOCIAL DE BRITO, IPSS Rua das Escolas Primárias, n.º 21 NIF: 504266640 — Publicação em Diário da República

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade monetária: Euro

		PERÍO	DOS
RUBRICAS	Notas	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		4 238 007,67	1 966 043,33
Pagamento a fornecedores		-1 385 405,46	-1 050 013,97
Pagamentos ao pessoal		-2 204 606,76	-1 906 232,54
Caixa gerada pelas operações		647 995,45	-990 203,18
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		20 064,23	22 623,53
Outros recebimentos/pagamentos		-1 004 635,41	1 324 492,63
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-336 575,73	356 912,98
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-118 140,34	-18 677,10
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		500,00	402,58
Investimentos financeiros		977,14	6 106,91
Subsídios ao investimento		0,00	17 500,00
Juros e rendimentos similares		33,60	126,68
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-116 629,60	5 459,07
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		675 964,33	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-585 866,90	-228 092,89
Juros e gastos similares		-175 335,87	-93 301,41
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-85 238,44	-321 394,30
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-538 443,77	40 977,75
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	579 259,18	538 281,43
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	40 815,41	579 259,18

Guimarães, 10 de março de 2024.

O Contabilista Certificado n.º 46757

A Direção

CENTRO SOCIAL DE BRITO, IPSS Rua das Escolas Primárias, n.º 21

NIF: 504266640 – Publicação em Diário da República

Fis Fis

ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1. Identificação da Entidade

O "CENTRO SOCIAL DE BRITO" é uma instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Associação" com estatutos publicados no Diário da República n.º 246, de 24/10/1998 - Série III, com sede em Rua das Escolas Primárias, nº 21. Tem como atividade para que possa prosseguir os seus objetivos as seguintes valências: Ação Social através das valências de Lar, Centro de Dia, Apoio Domiciliário (SAD), Creche, Jardim de Infância (Pré-escola) e ATL (Atividade de ocupação de tempos livres).

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais.

Os membros da Direção, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Entidade.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).





3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as seguintes Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime de Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos nas respetivas contas das rubricas "Outros ativos correntes", "Outros passivos correntes" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou

inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

s Agacon

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

A informação comparativa deve ser divulgava, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

Nessa medida, tendo sido alterada a forma de apresentação na demonstração dos resultados por naturezas das verbas provenientes dos acordos de cooperação entre o Estado e as entidades do setor não lucrativo para fazer face a respostas sociais, as quais, na sequência de entendimento emanado em 24 de novembro de 2023 pela Comissão de Normalização Contabilística, passaram a estar incluídas na rubrica "Vendas e serviços prestados" em

detrimento de na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração", os números correspondentes da demonstração dos resultados por naturezas referente ao período de 2022 foram reexpressos, tal como se resume no quadro abaixo:

Linha	2022	2022 reexpresso	Variação
Vendas e serviços prestados	1 975 472,40	4 065 675,12	2 090 202,72
Subsídios, doacões e legados à exploração	2 387 693,76	297 491,04	-2 090 202,72



3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente reconhecido, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela entidade, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem.

RECER MARCHA

Uma vez que a entidade não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos ativos fixos tangíveis. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	l=
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	3 a 6
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda.

Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - o Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.





J. O.

Clientes Créditos a receber e outros Ativos Correntes

Os "Créditos a Receber" e as "Outros Ativos Correntes" encontram-se reconhecidos pelo seu

custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram

reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que apontem

de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não

será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a

receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de

juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a

um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em

que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos

Não Correntes.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são

mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de

resultados do período.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados

ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra

em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é

reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na

Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do setor não lucrativo (NCRF-

ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que

possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

CENTRO SOCIAL DE BRITO, IPSS

12



Fornecedores e outros Passivos Correntes

As dívidas reconhecidas em *"Fornecedores"* e *"Outros Passivos Correntes"* são reconhecidos pelo seu valor nominal, que é substancialmente idêntico ao seu justo valor.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões e passivos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja fiavelmente mensurado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota.



Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

A 500.80

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se reconhecidos, no passivo, pelo custo líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Locações

Os contratos de locação são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a caraterística qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são reconhecidos pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.2. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -

in some of the second s

geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87º. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão, da qual poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, correções da matéria coletável dos diferentes impostos, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

3.2.9 Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se



reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.9. Subsídios e Outros Apoios de Entidades Públicas

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios e outros apoios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis estão reconhecidos na rubrica "Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais" dos Fundos patrimoniais e são imputados à demonstração dos resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e reconhecidos, com o desenvolvimento de estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.10. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas

estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

As principais estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são:

- a) Definição das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análise de imparidades em contas a receber e inventários;
- c) Estimativa de férias e subsídio de férias a liquidar em 2024.

3.2.11. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

3.2.12. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

CENTRO SOCIAL DE BRITO, IPSS Rua das Escolas Primárias, n.º 21 NIF: 504266640 — Publicação em Diário da República

5. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



31 de dezembro de 2022

		31 de de	ezembro de 202			
Descrição		Saldo em 01-jan-2022	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Saldo em 31-dez-2022
Custo						
Edifícios e outras construções		5 700 739,76	2 398,50	0,00	-58 642,66	5 644 495,60
Equipamento básico		1 001 730,77	30 341,41	0,00	-156 573,59	875 498,59
Equipamento de transporte		562 655,11	0,00	0,00	-252 443,88	310 211,23
Equipamento administrativo		174 082,35	0,00	0,00	-73 530,03	100 552,32
Outros ativos fixos tangíveis		17 414,09	4 059,00	0,00	84 908,95	106 382,04
Ativos fixos tangíveis em curso		0,00	109 101,00	0,00	0,00	109 101,00
, terroo (mas amagas as	Total	7 456 622,08	145 899,91	0,00	-456 281,21	7 146 240,78
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções		-1 551 461,20	-114 834,79	0,00	519 437,33	-1 146 858,66
Equipamento básico		-304 397,69	-36 916,22	0,00	113 811,85	-227 502,06
Equipamento de transporte		-465 778,32	-23 785,76	0,00	275 377,34	-214 186,74
Equipamento administrativo		-89 454,42	-14 147,68	0,00	31 989,33	-71 612,77
Outros ativos fixos tangíveis		-467 429,83	-3 051,45	0,00	-85 769,37	-556 250,65
Cation attrosoo tangiven	Total	-2 878 521,46	-192 735,90	0,00	854 846,48	-2 216 410,88
	100000				Quantia escriturada	4 929 829,90

31 de dezembro de 2023

		31 de de	ezembro de 202			
Descrição		Saldo em 01-jan-2023	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências/ Regularizações	Saldo em 31-dez-2023
Custo				i	200	
Edifícios e outras construções		5 644 495,60	0,00	0,00	0,00	5 644 495,60
Equipamento básico		875 498,59	17 507,45	0,00	22 437,00	915 443,04
Equipamento de transporte		310 211,23	42 148,19	-17 000,00	-22 437,00	312 922,42
Equipamento administrativo		100 552,32	0,00	0,00	0,00	100 552,32
Outros ativos fixos tangíveis		106 382,04	8 480,24	0,00	0,00	114 862,28
Aetivos fixos tangíveis em curso		109 101,00	314 583,24	0,00	0,00	423 684,24
	Total	7 146 240,78	382 719,12	-17 000,00	0,00	7 511 959,90
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	- 1	-1 122 301,57	-114 854,78	0,00	0,00	-1 237 156,35
Equipamento básico		-713 922,69	-39 859,58	0,00	-2 804,63	-756 586,90
Equipamento de transporte		-214 186,74	-24 410,12	17 000,00	2 804,63	-218 792,23
Equipamento administrativo		-68 260,97	-13 275,96	0,00	0,00	-81 536,93
Outros ativos fixos tangíveis		-97 738,91	-3 524,83	0,00	0,00	-101 263,74
	Total	-2 216 410,88		17 000,00	0,00	-2 395 336,15
				(Quantia escriturada	5 116 623,75

CENTRO SOCIAL DE BRITO, IPSS Rua das Escolas Primárias, n.º 21

NIF: 504266640 – Publicação em Diário da República

6. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

iação da quantia ido as adições, os das de acordo com

31 de dezembro de 2022

Saldo em 01-jan-2022	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31-dez-2022	
3 705,52	0,00	5 558,28	
3 705,52	0,00	5 558,28	
-1 852,76	-1 852,57	-4 785,81	
-1 852,76	-1 852,57	-4 785,81	
Quantia escriturada			
	3 705,52 3 705,52 -1 852,76 -1 852,76	01-jan-2022 Aumentos 3 705,52 0,00 3 705,52 0,00 -1 852,76 -1 852,57 -1 852,76 -1 852,57	

31 de dezembro de 2023

Descrição	Saldo em 01-jan-2023	Aquisições / Aumentos	Transferências	Saldo em 31-dez-2023
Custo				
Projetos de desenvolvimento	5 558,28	0,00	0,00	5 558,28
Total	5 558,28	0,00	0,00	5 558,28
Depreciações acumuladas				
Projetos de desenvolvimento	-4 785,81	-772,47	0,00	-5 558,28
Total	-4 785,81	-772,47	0,00	-5 558,28
	-			

7. Investimentos financeiros

A 31 de dezembro de 2023, a Entidade detinha 38 580,64 unidades de participação em Fundo de Compensação de Trabalho (FCT), apresentando o seguinte valor:

Rubrica	31-dez-2023	31-dez-2022
Outros investimentos financeiros		
Fundo de compensação do trabalho (FCT)	38 580,64	36 469,31
	38 580,64	36 469,31



8. Inventários e custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Em 2023 e 2022 as rubricas "Inventários" e "Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2022	Compras	Inventário em 31-dez-2022	CMVMC em 2022
Matérias-primas	9 952,28	420 307,10	9 830,53	420 428,85
Total	9 952,28	420 307,10	9 830,53	420 428,85

Descrição	Inventário em 01-jan-2022	Compras	Inventário em 31-dez-2023	CMVMC em 2023
Matérias-primas	9 830,53	462 735,81	9 964,76	462 601,58
Total	9 830,53	462 735,81	9 964,76	462 601,58

Descrição	scrição 2023	
Inventário inicial	9 830,53	9 952,28
Compras	462 735,81	420 307,10
Inventário final	9 964,76	9 830,53
CMVMC	462 601,58	420 428,85

9. Créditos a Receber

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Clientes e Utentes c/c	93 411,31	63 658,09
Utentes	93 411,31	63 658,09
Total	93 411,31	63 658,09

Nos períodos de 2023 e 2022 não foram reconhecidas quaisquer perdas ou reversões de perdas por imparidade.

10. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-dez-2023	31-dez-2022
Caixa	735,04	1 034,56
Depósitos à ordem	39 017,43	577 160,08
Outros depósitos	1 062,94	1 064,54
Total	40 815,41	579 259,18

Não existem quantias de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

NIF: 504266640 – Publicação em Diário da República



11. Outros ativos correntes

A rubrica de "Outros ativos correntes" está dividida da seguinte forma:

Rubrica	31-dez-2023	31-dez-2022
Outros ativos correntes		
Outros devedores	17 613,64	0,00
Fornecedores (saldo atípico)	0,00	130,92
	17 613,64	130,92



12. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	22 681,18	24 034,74
Segurança Social	117 778,38	105 943,44
Outros Impostos e Taxas	0,00	965,77
Fundo de compensação do trabalho (FCT)	0,00	965,77
Total	140 459,56	130 943,95

13. Fundos patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 1-jan-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2022
Fundos	12 616,98	0,00	0,00	12 616,98
Resultados transitados	-61 155,12	552 898,58	39 110,82	452 632,64
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	964 866,31	17 500,00	25 326,68	957 039,63
Resultado líquido do período	153 561,22	153 561,22	0,00	71 954,91
Total	1 069 889,39	723 959,80	64 437,50	1 494 244,16

Descrição	Saldo em 1-jan-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2023
Fundos	12 616,98	0,00	0,00	12 616,98
Resultados transitados	452 632,64	71 954,91	0,00	524 587,55
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	957 039,63	0,00	27 514,18	929 525,45
Resultado líquido do período	71 954,91	71 954,91	0,00	-390 424,96
Total	1 494 244,16	143 909,82	27 514,18	1 076 305,02

14. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Rubrica	31-dez-2023	31-dez-2022
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patri	moniais	
Centro Social	319 537,74	330 949,80
Centro Social (Arias)	590 995,21	604 829,83
Subsídio Adaptar Social + (Segurança Social)	3 680,00	3 760,00
Aquisição viatura elétrica	15 312,00	17 500,00
	929 525,45	964 866,31



15. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022		
Outros passivos correntes				
Pessoal	50,85	816,82		
Fornecedores de investimentos	124 480,11	113 792,51		
Credores por acréscimos de gastos	505 272,37	459 725,99		
Pessoal (Férias e Subsídio de Férias)	491 603,19	451 880,10		
Água	1 007,76	612,18		
Comunicação	734,43	1 423,34		
Eletricidade	4 262,99	3 163,98		
Seguros	7 664,00	2 646,39		
Outros credores	73 500,00	97 500,00		
Adiantamento de utentes	1 500,00	13 500,00		
Utentes (saldo atípico)	59,02	92,93		
Total	704 862,35	685 428,25		

16. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Fornecedores c/c	265 906,85	269 984,92
Total	265 906,85	269 984,92

CENTRO SOCIAL DE BRITO, IPSS Rua das Escolas Primárias, n.º 21

NIF: 504266640 – Publicação em Diário da República

17. Financiamentos obtidos

O saldo da rubrica de "Financiamentos obtidos" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2023		31-12-2022			
Descrição	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	330 820,52	2 773 722,66	3 104 543,18	286 381,81	2 715 544,46	3 001 926,27
Locações Financeiras	13 378,08	11 554,47	24 932,55	12 346,80	25 076,05	37 422,85
Total	344 198,60	2 785 277,13	3 129 475,73	298 728,61	2 740 620,51	3 039 349,12

18. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Vendas e serviços prestados":

Descrição		2022
	2023	(reexpresso)
Quotas dos utilizadores matrículas e mensalidades de utentes	4 296 551,20	1 974 943,67
Pólo de Brito	1 281 253,88	1 144 401,29
Creche	55 837,66	77 634,83
Jardim de Infância (Pré-escolar)	123 748,88	111 517,13
ATL Pontas	50 846,27	185,63
ATL Clássico	81 405,14	121 186,20
ERPI-Lar Idosos	659 158,22	592 022,90
Centro de Dia	140 471,40	109 773,39
Apoio domiciliário	169 786,31	132 081,21
Pólo Paraíso	866 850,32	830 542,38
Lar Residencial	151 205,41	160 460,82
Centro de Atividades Ocupacionais	64 978,75	38 230,21
ERPI-Lar Idosos	650 666,16	631 851,35
Acordo de Cooperação - Instituto Segurança Social, IP	2 148 447,00	2 090 202,72
Pólo de Brito	1 257 284,88	1 175 623,30
Creche	362 504,60	277 449,24
Jardim de Infância (Pré-escolar)	183 264,10	173 142,84
ATL Pontas	81 492,32	85 319,93
ATL Clássico	60 587,23	61 354,40
ERPI-Lar Idosos	364 327,73	368 767,11
Centro de Dia	59 402,55	61 083,12
Apoio domiciliário	145 706,35	148 506,66
Pólo Paraíso	891 162,12	914 579,42
Lar Residencial	432 231,71	452 533,59
Centro de Atividades Ocupacionais	215 740,21	219 748,51
ERPI-Lar Idosos	243 190,20	242 297,32
Quotizações e joias	857,24	528,73
Quotizações	480,00	445,00
Descontos e abatimentos	377,24	83,73
Total	4 297 408,44	4 065 675,12

Total Vendas e Prestações de Serviços	4 297 408,44	4 065 675,12
---------------------------------------	--------------	--------------

Tendo sido alterada a forma de apresentação na demonstração dos resultados por naturezas das verbas provenientes dos acordos de cooperação entre o Estado e as entidades do setor não lucrativo para fazer face a respostas sociais, as quais, na sequência de entendimento

CENTRO SOCIAL DE BRITO, IPSS Rua das Escolas Primárias, n.º 21

NIF: 504266640 - Publicação em Diário da República

emanado em 24 de novembro de 2023 pela Comissão de Normalização Contabilística, passaram a estar incluídas na rubrica "Vendas e serviços prestados" em detrimento de na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração", os números correspondentes da demonstração dos resultados por naturezas referente ao período de 2022 foram reexpressos.



19. Subsídios, doações e legados à exploração

No período 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídio à exploração":

Descrição	2023	2022 (reexpresso)
Camara Municipal de Guimarães	28 063,62	136 405,33
Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)	16 950,81	128 459,64
IAPMEI	0,00	8 568,00
Total	45 014,43	273 432,97

Tal como referido na nota anterior, tendo sido alterada a forma de apresentação na demonstração dos resultados por naturezas das verbas provenientes dos acordos de cooperação entre o Estado e as entidades do setor não lucrativo para fazer face a respostas sociais, as quais, na sequência de entendimento emanado em 24 de novembro de 2023 pela Comissão de Normalização Contabilística, passaram a estar incluídas na rubrica "Vendas e serviços prestados" em detrimento de na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração", os números correspondentes da demonstração dos resultados por naturezas referente ao período de 2022 foram reexpressos.

20. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos de 2023 e de 2022 foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Serviços Especializados	120 305,09	91 370,98
Materiais	238 079,13	213 244,68
Energia e Fluídos	205 483,10	263 843,55
Deslocações, estadas e transportes	66 366,11	47 560,17
Serviços diversos	58 154,24	47 077,28
Comunicação	18 832,08	18 965,59
Seguros	12 341,96	13 758,92
Contencioso e notariado	0,00	15,00
Despesas de representação	569,69	196,20
Música e dança	3 376,00	1 640,00
Jardinagem	260,37	0,00
Serviços de desinfeção	1 977,84	1 880,67
Piscinas - Utentes	2 738,00	2 140,00

Total	688 387,67	663 096,66
Outros serviços	16 090,84	6 990,10
Recolha de resíduos	1 327,04	1 256,40
Portagens - Estacionamentos	640,42	234,40



21. Gastos com o pessoal

Os membros do órgão diretivo da Entidade não auferem qualquer remuneração, sendo que, no período de 2023, eram 5. De um período para outro não se verificou a saída de qualquer elemento.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade foi de 206 em 2023 e de 196 em 2022.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações ao pessoal	2 836 124,15	2 452 817,52
Indemnizações	125,00	513,12
Encargos sobre as remunerações	546 951,26	527 320,22
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	26 021,00	26 274,50
Gastos de ação social	7 858,05	3 733,78
Outros gastos com o pessoal	24 142,59	54 833,83
Vestuário e Calçado	2 741,67	2 752,74
Medicina no Trabalho	10 057,61	4 978,70
CEI'S	10 997,69	0,00
MAREES	0,00	47 102,39
Tribunal do trabalho	345,62	0,00
Total	3 441 221,82	3 065 492,97

22. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos suplementares	153 799,50	125 703,00
Ganhos em inventários	0,00	10 857,34
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	125,00	0,00
Alienações	125,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	4 975,68	50 000,00
Alienações	0,00	35 000,00
Sinistros	4 975,68	0,00
Outros	0,00	15 000,00
Outros	72 807,05	102 223,82
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	5 643,58
Imputação de subsídios para investimentos	27 514,18	25 326,68
Restituição de impostos	20 064,23	23 451,59
Donativos	23 879,16	46 338,71
Reembolso utentes máscaras oxigénio	1 349,48	1 063,26
Outros não especificados	0,00	400,00
Total	231 707,23	288 784,16



23. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Processos judiciais em curso	0,00	18 825,00
Impostos	314,80	123 968,73
Taxas Municipais	283,60	123 937,53
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	31,20	31,20
Outros gastos e perdas (*)	0,00	420,00
Quotizações	0,00	420,00
Total	314,80	143 213,73



24. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de "Juros e gastos similares suportados" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	147 043,80	78 285,49
Outros gastos e perdas de financiamento	28 321,25	15 015,92
Despesas bancárias	28 321,25	15 015,92
Total	175 365,05	93 301,41
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	33,60	126,68
Total	33,60	126,68

25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2023 e 2022, foram de 3.690,00€ (IVA excluído) em cada um dos períodos.

26. Acontecimentos após data de balanço

24.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção da entidade e autorizadas para emissão em 10 de março de 2023, contudo as mesmas estão sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral.

24.2 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

No início do ano de 2023, as relações diplomáticas entre a Rússia e a Ucrânia continuam a deterioraram-se acentuadamente. O conflito armado entre os dois países continua sem fim à vista. A situação é particularmente delicada e não se sabe até que ponto será extensível a outros países, através da iminência da entrada de países da NATO e dos EUA no conflito.

A esta data, já alguns dos danos são visíveis, como o agravamento dos preços das matérias-primas, pelo que se espera uma estagnação económica extensível a toda a União Europeia.

Não obstante o cenário de elevada incerteza, dada a performance financeira e operacional da entidade em 2023, é possível assegurar, à presente data, e com razoável grau de confiança, que os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da entidade, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023.

Guimarães, 10 de março de 2024

O Contabilista Certificado n.º 46757

A Direção